

Curriculum, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas (CAFTe)

Contributos teóricos e práticos

2019



E-Book

Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas (CAFTe)

Contributos teóricos e práticos

II seminário internacional

Organização:

Carlinda Leite & Preciosa Fernandes (Coords.)

Angélica Monteiro, Carla Figueiredo, Fátima Sousa-Pereira & Marta Pinto



Ficha Técnica

Título: Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas (CAFTe): II Seminário Internacional

Organização: Carlinda Leite (Coord.), Preciosa Fernandes (Coord.), Angélica Monteiro, Carla Figueiredo, Fátima Sousa-Pereira e Marta Pinto

Capa: Manuel Francisco Costa

Estruturação, formatação e edição: Ana Sofia Faustino Ribeiro da Silva

ISBN: 978-989-8471-34-5

Data: outubro de 2019



Edição: Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade do Porto (UPorto)

Rua Alfredo Allen, s/n
4200-135, Porto

Apoios:



Ref.^a UID/CED/00167/2019



Os conteúdos e perspetivas presentes nesta publicação são da responsabilidade dos autores, que autorizaram a sua publicação, e não refletem necessariamente as orientações das Organizadoras e do CIIE/FPCEUP. Em todos os textos foram mantidas, em geral, as peculiaridades da língua portuguesa usadas em Portugal e no Brasil.



Todo o conteúdo desta publicação, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Índice

Apresentação	8
Eixo 1: Políticas e Práticas da Educação e do Currículo	10
Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil e em Portugal: uma análise a partir da legislação.....	10
O papel das visitas de estudo no desenvolvimento curricular integrado: o caso prático de um projeto transdisciplinar.....	22
Violência interseccional na infância: o currículo como espaço de práticas decoloniais	36
Ensino por projeto ao nível pré-escolar: Uma aplicação do método de resolução criativa de problemas	48
Políticas educativas performativas: análise às políticas de combate ao insucesso escolar enquanto medidas de apoio ao desenvolvimento do currículo instituído.....	62
A “nova” Gestão Flexível como política curricular: entre a <i>insularidade</i> e a <i>hibridez</i> curriculares ..	75
Participação e Cidadania Criativa: o trabalho com os estudantes a partir de uma escola básica e secundária	87
A Aprendizagem Cooperativa numa escola inclusiva: contributo para a cidadania das crianças.	100
Currículo em Movimento do Distrito Federal, pressupostos teóricos: uma análise documental...	113
Do conceito à prática: visões dos gestores da educação sobre a educação inclusiva em Floriano-PI	120
A autonomia e flexibilidade curricular: perspetivas dos docentes do 2.º Ciclo do Ensino Básico.	130
Os currículos de Design no Brasil	142
Avaliação de um projeto sócio-educacional: a educação integral entre o plano e a realidade.....	152
A educação escolar pública na região leste angolana: percepções de actores locais sobre a escolarização nas províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico.....	166
A planificação como dimensão da ação docente: especificidades na formação de professores de história	173
Práticas educativas para o desenvolvimento da linguagem escrita em contexto de jardim de infância: um estudo de caso.....	187

Os sujeitos invisíveis da Educação de Jovens e Adultos brasileira: um estudo sobre a apropriação do migrante na recente produção acadêmica educacional brasileira	200
A relação envolvimento parental – sucesso escolar da criança.....	210
Uma forte aposta dos alunos na educação escolar.....	223
Conclusões do Eixo 1 – Políticas e Práticas da Educação e do Currículo.....	236
Eixo 2: Avaliação e Qualidade Educativa.....	240
As práticas de avaliação das aprendizagens nas escolas primárias da Cidade de Maputo e Matola.....	240
O caso da unidade curricular Projeto Empresarial em Finanças no ISCA-UA	257
Avaliação escolar.....	275
Base Nacional Comum Curricular e avaliações em larga escala: pontos e contrapontos sob a coordenação federativa no Brasil.....	286
Potenciar a aprendizagem através da avaliação de pares numa unidade de Ginástica Acrobática: Estudo no contexto de estágio em Educação Física	298
Transparência e prestação de contas – o caso de seis projetos educativos	310
Professor Aprendiz	321
A construção do Projeto Educativo Municipal e a possibilidade e interesse na consensualização de indicadores comuns de auto-avaliação de escola: relato de uma experiência recente.....	329
Práticas e representações sobre a retenção escolar em escolas de oito concelhos do Alentejo .	342
O <i>Programme of International Student Assessment (PISA)</i> : avaliação comparativa e regulação de políticas educativas.....	353
O potencial das práticas de avaliação na sala de aula para o sucesso escolar.....	367
Conhecimentos em avaliação educacional e Conselhos de Classe: constatações e proposições para a formação docente	378
Conclusões do Eixo 2 – Avaliação e Qualidade Educativa.....	388
Eixo 3: Políticas e Práticas de Formação de Professores	392
Perfil dos professores do Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo que lecionam cadeiras específicas para a formação inicial de professores.....	392
A Política da Formação Docente e o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC.....	402
A construção de sentidos para a profissão docente	412

A inclusão de estudantes indígenas com deficiência: experiências do PIBID Diversidade nos Povos Pankararu e Entre Serras	423
Educação profissional e tecnológica no Ceará, Brasil: políticas, práticas e impactos na formação docente.....	432
O Corpo-Dança Afroancestral como potencializador do pertencimento afro de educadoras e educadores: abrindo um caminho pretagógico.....	442
Educação infantil: um olhar sobre a Proposta de Formação de Professores no contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – 2017.....	455
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: repercussões de uma política curricular nas práticas de alfabetização na Rede Estadual de Ensino no Rio Grande do Sul – RS.....	467
(auto)Regulação educativa, como meio de formação reflexiva na formação de professores	479
O Ensino Fundamental de nove anos no Brasil: políticas curriculares e formação de professores	486
Políticas curriculares e extensão da obrigatoriedade do ensino fundamental: repercussões na formação de professores alfabetizadores	498
Políticas de formação continuada de professores no Brasil: ações e perspectivas	509
A formação continuada de professores nos anos iniciais da educação básica: um estudo de caso das classes multisseriadas	520
(re)Equacionar a relação pedagógica na educação contemporânea.....	530
Formação de Novos Servidores Públicos no Contexto do INSS: uma política organizacional de desenvolvimento de Pessoas	544
O desenho de coreografias didáticas no contexto do Paradigma Pedagógico da Comunicação: Reflexões a partir da observação de pares multidisciplinar.....	556
O sentido da prática docente a partir da formação continuada.....	568
Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica: a proposta do MEC/Brasil.....	577
Análise de recorte da produção científica nacional em torno do conceito de condição docente..	588
Formação de professores alfabetizadores e as necessidades formativas	597
A formação do gestor escolar na gestão democrática e suas implicações na organização do trabalho pedagógico na escola	604
Educação inclusiva para surdos sob a perspectiva de professores do ensino regular	614

Mediação de descritores no trabalho com a formação continuada de docentes de língua portuguesa numa Rede Pública Municipal de Ensino de Alagoas – Brasil.....	627
Atendimento educacional especializado e Altas Habilidades/Superdotação: práticas pedagógicas e vivência de professores do ensino básico regular	640
Conclusões do Eixo 3 – Políticas e Práticas de Formação de Professores	654
Eixo 4: Educação e Tecnologias Digitais	658
Ambientes Educativos Inovadores na sua relação com tecnologias digitais.....	658
Tecnologias digitais no ensino superior e sua relação com a aprendizagem: um estudo no ISCED-Huambo (Angola).....	666
Gamificação: uma experiência no processo formativo de alunos do ensino superior	676
A imagem fotográfica como ação pedagógica da leitura de si e do mundo	687
Currículo e avaliação em contexto de tecnologia digital para ensino de língua materna	695
A fotografia como prática educativa em uma reserva extrativista	703
A conectividade por meio do uso do celular na sala de aula universitária: potencialidades e fragilidades para a aprendizagem	707
Um Espaço de Afinidade Digital para unir comunidades dentro de uma universidade	721
A interculturalidade no ensino-aprendizagem da língua estrangeira numa perspetiva de inovação e digitalização: o caso da Língua	726
O que fazem com as TIC as lideranças da escola pública portuguesa?.....	737
Professores veteranos e inovação curricular: desafios do recurso à tecnologia como instrumento pedagógico	749
A produção de vídeos tutoriais de Desenho como recurso didático na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: reflexões sobre a utilização da tecnologia audiovisual no contexto de uma pesquisa-ação	761
Conclusões do Eixo 4 – Educação e Tecnologias Digitais	772

Apresentação

Os textos apresentados neste *e-book* ilustram muitas das ideias partilhadas e debatidas no II Seminário Internacional CAFTe, Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas, realizado nos dias 13 e 14 de junho de 2019, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP).

O Seminário foi organizado pela comunidade prática de investigação CAFTe, do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da FPCEUP. Este grupo – formado por investigadores de Portugal, Brasil, Angola e de Moçambique – elege como objeto de estudo a educação formal, com especial foco nas políticas de educação, na formação, na avaliação, nas práticas curriculares de diferentes níveis de ensino e nas tecnologias educativas nelas mobilizadas.

Reconhecendo-se a obrigação ética de divulgar o conhecimento produzido no âmbito dos projetos em curso, com este II Seminário, tal como com aconteceu na primeira edição, pretendeu-se: i) partilhar o conhecimento produzido sobre educação, currículo, avaliação, formação e tecnologias educativas, na educação básica, secundária e superior ; ii) proporcionar o encontro de elementos da comunidade académica educativa com estudos e intervenções nestas temáticas; iii) ampliar o debate científico a outros públicos a quem interessem estas questões do campo educacional. Orientado por estes objetivos, o II Seminário organizou-se em torno de quatro eixos:

- Políticas e práticas da educação e do currículo
- Avaliação e qualidade educativa
- Políticas e práticas de formação de professores
- Educação e tecnologias digitais

Participaram no II Seminário, para além dos elementos do CAFTe, outros investigadores que estudam temáticas próximas das que têm sido objeto de estudo desta comunidade prática de investigação. Na sua concretização, durante os dois dias, houve lugar para:

- Quatro mesas redondas, que integraram investigadoras/es do CAFTe, membros integrados do CIIE, e investigadores desta comunidade que realizam os seus estudos em Portugal, no Brasil, em Angola e em Moçambique. Estas mesas redondas tiveram uma forte relação com os quatro focos de investigação do CAFTe: “Autonomia e flexibilidade curricular – entre políticas e práticas”; “Avaliação da aprendizagem – entre políticas e práticas”; “A formação inicial de professores”; “Educação e tecnologias digitais”.

- Apresentação de trabalhos científicos, nas várias sessões de comunicações livres organizadas em torno dos quatro eixos temáticos do II Seminário. Para cada um destes eixos foram convidados comentadores que fizeram um breve comentário em cada uma das sessões e que foi partilhado a todos os conferencistas na mesa redonda final do Seminário.

- Mesa redonda de Comentadores das sessões de comunicações livres, que devolveu a todos os participantes no II Seminário o que tinha estado em destaque nas distintas sessões de comunicações livres.

Na intenção de construir e partilhar a memória do que esteve em foco neste II Seminário do CAFTe, assim como de proporcionar a todos os que nos leem o estado do conhecimento que tem sido produzido, este *e-book* integra os seguintes elementos, organizados por eixo temático (do eixo 1 ao eixo 4):

- Textos relativos aos trabalhos apresentados nas Mesas Redondas;
- Textos relativos a comunicações que foram apresentadas durante o Seminário (estes textos aparecem pela ordem de apresentação no programa do seminário);
- Textos dos comentadores de cada eixo temático, nos quais são apresentadas as principais conclusões do que foi partilhado e debatido nas várias sessões paralelas onde foram apresentadas comunicações orais.

É desejo da equipa CAFTe e da Comissão Organizadora que este *e-book* possa contribuir para o conhecimento alargado sobre práticas, políticas e conceitos, nas áreas do Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias educativas, e que, por essa via, possa também assumir-se como um contributo importante para desenvolvimento profissional de docentes e investigadores interessados nestas áreas temáticas.

A Comissão Organizadora do II Seminário Internacional do CAFTe,

- *Carlinda Leite e Preciosa Fernandes (coordenadoras do CAFTe)*
- *Angélica Monteiro*
- *Carla Figueiredo*
- *Fátima Sousa Pereira*
- *Marta Pinto*

Os sujeitos invisíveis da Educação de Jovens e Adultos brasileira: um estudo sobre a apropriação do migrante na recente produção acadêmica educacional brasileira¹

Rodrigo Matos-de-Souza

Universidade de Brasília

rodrigomatos@unb.br

Twila Lazarini

Universidade de Brasília

twila.lazarinihp@gmail.com

Mateus Gomes-Moreira

Universidade de Brasília

mateusmmg992@gmail.com

Paulo Marinho

CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

pmtmarinho@fpce.up.pt

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos brasileira parece ter encontrado ao longo de sua história uma representação estável para seu sujeito-educando: a do adulto em busca de alfabetização. O que faz com que por vezes o campo confunda-se com o tema da alfabetização e, no senso comum, educacional sejam tratados como sinônimos. Apesar desse estável senso comum, o perfil da EJA vem mudando significativamente, juvenalizando-se e acolhendo outros grupos identitários que confrontam a representação mais frequentemente utilizada para se referir aos sujeitos dessa modalidade educativa. O último desafio a essa representação parece ser a inscrição dos sujeitos migrantes na modalidade educativa. Na última década, o Brasil tem-se transformado em destino de migrantes de várias partes do mundo, se o fenômeno ainda não chama a atenção como na recente migração subsaariana e síria à Europa, diz mais sobre o caráter aberto às migrações irregulares por nossas fronteiras, do que sobre a quantidade de pessoas, pois remonta aos milhares todos os anos. Este estudo tem como objetivo apresentar

¹ O presente texto é produto do projeto “Narrativas Migrantes: formação, identidade e reinvenção de si”, sob coordenação do professor Rodrigo Matos de Souza, e do qual participam como assistentes de investigação, os alunos de Iniciação Científica Mateus Gomes-Moreira e Twila Lazarini, também é uma ação do grupo de pesquisa Rede Experiência, Narrativas e Pedagogias da Resistência (REDEExp), do qual faz parte como colaborador estrangeiro o professor Paulo Marinho. O levantamento aqui apresentado também contou com a colaboração dos seguintes estudantes: Beatriz Sayão, Marina Manggini, Isabella Angelina, Carolina Matioli e Natasha Barbo.

levantamento, sistematização e debate do processo de apropriação desenvolvido pela pesquisa em educação sobre o fenômeno migrante, com recorte específico na Educação de Jovens e Adultos, seus contornos e vazios, nos últimos cinco anos. Utiliza como base teórico-metodológica os estudos de Apropriação, que buscam entender o processo de consumo conceitual que determinada formulação passa em sua inscrição num determinado campo de estudo, região ou país. Do ponto de vista teórico adentraremos as diferentes tradições dos estudos de migração, em especial os conceitos de migração sul-sul, migração irregular, fluxos migratórios e fronteira, bem como os esforços pós-coloniais no sentido de tentar compreender como nossas pesquisas tentam informar e debater a presença do migrante em nosso sistema educacional. Concluiremos propondo, num exercício quase conjectural, algumas provocações que auxiliem o campo na tentativa de compreender melhor a temática recém-inscrita na pesquisa educacional nacional.

Palavras-chave: Migração; Educação de Jovens e Adultos; Política; Refugiados; Brasi

Introdução ou primeiro corte

Uma imagem tomou o país no dia 18 de agosto de 2018, vinda de uma fronteira no extremo norte, nessa imagem podíamos ver – na TV e distribuído pelas redes sociais – um vídeo no qual um grupo de sujeitos identificados como brasileiros por suas camisas da seleção brasileira de futebol e de bandeiras do Brasil enroladas ao corpo protagonizavam o que os meios de comunicação qualificaram ora como barbárie, ora como selvageria: eles atacavam um acampamento de refugiados venezuelanos, ateando fogo aos pertences dos acampados e passando literalmente com um trator na precária estrutura do campo.

A cidade de Pacaraima, um pequeno enclave urbano no extenso território do pouco povoado estado de Roraima havia entrado para o noticiário à medida que a crise venezuelana se agravava e, aos poucos, os brasileiros foram se acostumando a pensar na migração vinda do país vizinho em direção às nossas capitais do norte do país e em direção aos grandes centros de desenvolvimento econômico como algo inevitável, já que temos as fronteiras abertas com a Venezuela, uma vez que este país é Estado Parte do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Essa cena, jogou luz sobre um fenômeno que vem ocorrendo no Brasil, em especial na última década, de forma lenta, e que começa a se tornar evidente nos aglomerados urbanos do país, a presença de de uma população migrante, recém-chegada ao país, não falante do português como língua materna, ocupando precários postos de trabalho, empreendendo com pequenos comércios e adentrando o sistema educacional público. O status desse migrante é bem variado, há desde sujeitos em condição de refúgio e asilo, no sentido clássico dos termos, outros que adentram o país em condição especial via acordos, refugiados ambientais (Claro, 2017) e ainda os muitos refugiados econômicos que veem na migração irregular para o país com a maior economia da América Latina uma alternativa de sobrevivência.

A partir do conflito em Pacaraima, a situação da fronteira norte começou a ser chamada de crise de refugiados por muitos meios de comunicação e entrou com força no noticiário que desde então ocupa-se do fenômeno da migração com maior e menor intensidade, de acordo com a conveniência de suas agendas. Junta-se a isso a presença cada vez mais visível, em especial nas

periferias e nos centros empobrecidos das grandes cidades, dos grupos de migrantes irregulares procurando estabelecer vínculos no país de acolhida.

Um ano antes, precisamente em 24 de maio de 2017, o presidente Michel Temer aprovou a lei 13. 445 (Brasil, 2017a), conhecida como a lei de migração, que revogou o Estatuto do Estrangeiro, datado do final da Ditadura civil-militar, em 1980, e que não mais expressava a relação de um Estado moderno com os fluxos migrantes contemporâneos. O texto aprovado da atual Lei se alinha com o acolhimento, o respeito e a dignidade dos migrantes, reconhecendo em muitas dimensões a cidadania dos estrangeiros, entendida aqui como “o direito de participar da vida comunal, por estar nela integrada” (Nascimento, 2014, p. 57).

No entanto, no mesmo dia de sua publicação, a referida Lei recebeu uma Mensagem de veto (Brasil, 2017b) a qual, como qualifica Ventura (2017, p. 429) revela “seu profundo desconhecimento do tema das migrações internacionais, em particular de seus aspectos jurídicos, além da persistência de uma visão anacrônica e ineficiente de segurança nacional” ao vetar mais de 20 itens da Lei de Migração.

Independente dessa fragilidade normativa, a Lei de Migração é um avanço na medida em que reconhece o migrante, mesmo que a concepção de migrante presente na lei tenha sido vetada¹ acusada de ser muito ampla. Essa dificuldade no consumo, ou melhor, essa disputa conceitual travada na lei e no veto nos parece ser elemento importante para pensarmos como se dão as apropriações conceituais e sua eventual circulação na academia, que tem papel decisivo na produção de consensos, mesmo que agora desgastada e extremamente desprestigiada no governo anti-intelectual de Jair Bolsonaro.

Apropriação como método

Este trabalho está centrado no desenvolvimento de um levantamento bibliográfico, a partir dos dispositivos impressos nas metodologias de Estado da Arte e de Estado de Conhecimento (Ferreira, 2002) e, posteriormente, na categorização do material encontrado, levando em consideração a Apropriação e a Circulação dos conceitos de migração e educação, e suas interseções. A sistematização e análise dos conceitos emergentes do material, bem como perceber os limites, as contradições e os vazios nos usos de dispositivos conceituais no Brasil e que podem contribuir para a leitura desses fenômenos (Chartier, 2003; Catani, Catani, & Pereira, 2001; Matos-de-Souza, 2014; Matos-de-Souza, 2011).

A Apropriação, tal como discutimos aqui, distancia-se um pouco do conceito de apropriação da hermenêutica ricoeuriana (2011), para o qual a apropriação é uma forma de compreensão de si a partir do texto, e associa-se ao proposto por Chartier (1990) ao tratar do referido conceito:

A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as

¹ Inciso I do § 1º do art. 1º

“I - migrante: pessoa que se desloca de país ou região geográfica ao território de outro país ou região geográfica, incluindo o imigrante, o emigrante, o residente fronteiriço e o apátrida;”

Razões do veto

“O dispositivo estabelece conceito demasiadamente amplo de migrante, abrangendo inclusive o estrangeiro com residência em país fronteiriço, o que estende a todo e qualquer estrangeiro, qualquer que seja sua condição migratória, a igualdade com os nacionais, violando a Constituição em seu artigo 5º, que estabelece que aquela igualdade é limitada e tem como critério para sua efetividade a residência do estrangeiro no território nacional” (Brasil, 2017b, s.p).

produzem. Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção de sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas, e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (Chartier, 1990, pp. 26-7)

A Apropriação que nos interessa evidenciar é aquela que nos permite ver como os conceitos desenvolvidos neste artigo vem sendo lidos nas universidades brasileiras e, para isso, procuramos apontar as formas como os conceitos de migração foram consumidos, tendo como base as produções científicas seriadas e os trabalhos finais de investigação disponíveis em repositórios, levantados e categorizados, na tentativa de evidenciar como seu consumo pelo campo da Educação. Dado o caráter exíguo da produção na interseção educação/migração e Educação de Jovens e Adultos/migração, optamos aqui por uma escrita que não se limita unicamente a categorizar, mas um exercício de bricolagem que se materializa como ensaio, dando sentido aos caminhos já existentes sobre a Migração como fenômeno e procurando perceber seu lugar no processo de escolarização e da pesquisa em Educação.

O recorte do levantamento acompanha o crescente interesse pela temática na arena pública brasileira, nos últimos cinco anos, de 2014 a 2019, e foi desenvolvido nos seguintes repositórios e bases de dados: Scielo, Periódicos Capes, Redalyc, Google Scholar, Banco de Teses Capes. A partir das palavras-chave migração, exílio, refúgio, refugiado(s), migrante(s) discriminados e associados às expressões Educação, Educação de Jovens e Adultos e EJA.

A questão da Migração

Os movimentos diaspóricos têm se constituído, historicamente, como fenômeno que transforma o lugar a que chegam, dando complexidade às comunidades já fixadas em um território, através da convivência com o outro e, por vezes, com um outro que está distante do estereótipo da reprodução turística. Também criam possibilidades para que os sujeitos migrantes se reinventem, fazendo uso de seu capital cultural e de sua força de trabalho para o processo de fixação e ancoragem nessa nova comunidade. Desse movimento, muitas necessidades reverberam na assistência social, no cuidado em saúde, na segurança e, de forma quase silenciosa (Morley *et al.*, 2018), a educação começa a ser pressionada a dar respostas (e rápidas!) aos sujeitos que nela ingressam vindos de contextos distintos e em busca de um processo formativo para sua existência nessa nova língua e cultura. Também é pressionada no sentido de oferta de certificação para as formações pelas quais os sujeitos já passaram em seus países de origem, e “proporcionar serviços sociais, de saúde e educacionais básicos para as populações migrantes tornou-se uma preocupação premente em todas as regiões do mundo” (Bartlett, Rodríguez, & Oliveira, 2017, p. 1155).

Ainda de acordo com Bartlett, Rodrigues e Oliveira (*Op. Cit.*), grande parte da migração mundial envolve a migração Sul-Sul, cujos aspectos socioculturais, educativos e políticos são ignorados pelos estudos nas Ciências Sociais e Humanas, concentrando-se nas transferências econômicas Norte-Sul-Norte. Essa falta de atenção ao fenômeno contrasta com as Constituições da maioria dos países da América Latina, que professam o direito do migrante à educação. No entanto, o acesso à educação segue sendo raro e, no Brasil, não despertou ainda a criação de políticas públicas dedicadas aos coletivos migrantes em processo de fixação no território.

Do ponto de vista da cultura, a migração traz outros desdobramentos para a vida dos sujeitos, pois estes deixam em seu território de origem mais do que trabalho e família, como uma abordagem ingênua do fenômeno poderia entender, deixam os elementos de identificação que compuseram sua existência até o momento de sua saída/fuga. E, de forma ambivalente, mesmo que a mobilidade desse sujeito tenha se dado como uma resposta a algum problema de natureza cultural, o que implica, por vezes, na impossibilidade desse sujeito retornar ao local de origem, isso não culmina em uma ruptura total com que se foi outrora. Ele se encontra sem estado, sem cidadania, sem nacionalidade e sem casa (Mosselson, 2006), mas não se encontra sem cultura, que é uma das poucas coisas que pode levar consigo e estará inevitavelmente marcado pela linguagem, seu principal instrumento de negociação cultural na trajetória e na fixação no território.

Em termos educacionais esse fenômeno gera, pelo menos, uma necessidade imediata, e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a busca por alfabetização na língua materna do país de acolhida, que na maioria dos casos, trata-se de um processo de certificação, já que muitos dos sujeitos que conseguem migrar estão em condições para tal, possuem formação e alguma condição econômica que lhes permita a fuga. Essa formação inicial alfabetizadora gerará pressão nos níveis subsequentes de educação, na busca por maior escolaridade e no reconhecimento de suas formações anteriores por processo de revalidação através de equivalências ou da certificação já disponível na modalidade Educação de Jovens e Adultos, como as suplências e provas como o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), que permite aos concluintes com nota mínima um certificado de conclusão do Ensino Médio.

No Ensino Superior, aqui tomado como uma etapa da Educação de Jovens e Adultos, por vezes, o refúgio e o exílio ganham outras nomenclaturas e outra conotação, a do intercambista oriundo de zonas de conflito, situação em que o estudo serve de salvaguarda e justificativa para sua presença distante do conflito ou do refúgio econômico, que encontra no financiamento de alguma bolsa de estudo a possibilidade de reconfigurar sua vida e de sobreviver distante de seus laços familiares e culturais mais arraigados. No mundo globalizado, as estratégias e táticas de sobrevivência são constantemente atualizadas, ajudando a produzir no singular espaço da diferença cultural modalidades específicas de valor que funcionam como afirmação do sujeito na arena pública (Miampika & Vinuesa, 2009).

No entanto, esse fenômeno, de interesse crescente nos países do Norte e em nossos vizinhos latino-americanos, segue sendo pouco pesquisado no Brasil, em geral, objeto de relatórios de órgãos governamentais e de agências internacionais que buscam responder estatisticamente à presença de estrangeiros no país e alguma informação sobre sua condição migrante e a garantia dos direitos humanos. Em termos educacionais, e de pesquisa educacional, a entrada de novos coletivos migrantes no país e nas escolas brasileiras vem sendo sistematicamente ignorada, seja pela não formação de quadros interessados no fenômeno, pelas barreiras idiomáticas ou pela característica urgente de todos os fenômenos educacionais, que emergem diariamente em nossas escolas e podem não nos deixar ver a inserção do migrante como um problema nosso.

Sendo assim, entendemos que este estudo contribuirá exploratoriamente com a observação do fenômeno migrante em sua inscrição no campo da pesquisa educacional. O que, *per sí*, já seria justificativa suficiente, mas entendemos que também é um ponto de partida para se provocar o lugar estável e, por vezes, reproduzidor de representações equivocadas sobre o real, do sujeito da Educação de Jovens e Adultos. Os migrantes que agora se inserem só tornam esta modalidade educativa mais complexa, fugindo do estereótipo de alfabetizando idoso, as turmas de EJA estão

cada vez mais jovens, cada vez mais femininas, cada vez mais negras e agora lidam com mais uma identidade adentrando um espaço que é o retrato da diferença.

Finger e Asún (2003), no início do Século XXI, provocavam o campo da Educação de Adultos -- ao propor diante das diferentes abordagens epistemológicas que se ocupam desse estudo, e dos avanços do capitalismo moderno -- a buscar uma saída própria, adequada aos seus problemas e desafios que emergem das práticas docentes cotidianamente. Os autores propõem um caminho, que não sabemos se é adequado ao contexto latinoamericano, mas a provocação, essa sim podemos usar para pensar nossa saída para os problemas que encontramos na periferia do capitalismo. A chegada de novos grupos ao espaço escolar é uma chance para se fazer valer alguns valores democráticos, em especial o da convivência pacífica, da tolerância e da compreensão do outro que parece, no contexto do nacionalismo xenófobo e retrógrado que ganhou forma e retomou fôlego ao redor do mundo, ter se fragilizado. Os migrantes que batem às nossas portas, às portas de nossas escolas provocam nossa humanidade, naquilo que restou dela. Quem sabe a nossa saída seja a de pensar uma educação que não rejeite o outro, mesmo que isso signifique uma transformação radical na abordagem dos fenômenos tal como estamos acostumados.

Os conceitos que circulam

O conceito de migração no Brasil é bem difundido, aparecendo em milhares de entradas nos principais buscadores acadêmicos, nota-se certa resistência para alguns sentidos produzidos na apropriação da palavra. Entender o que a migração significa é importante na hora de estabelecer consensos sobre o tema, de produzir políticas públicas sobre e, de forma aguda, pode significar para os sujeitos que se deslocam sob risco, um tema de vida ou morte. Com foco na migração interna, o migrante internacional, especialmente o refugiado, fica de lado, e surgem assim estereótipos e preconceitos, além de equívocos na hora de pesquisar sobre o tema. Associar o conceito de migração com conceitos de voluntariedade, especialmente para caracterizar o tipo da migração, é comum e muito utilizado por alguns autores (Campos, 2015; Corrêa, 2014).

Temos a migração forçada e a migração voluntária, e o ponto principal é entender que isso é um espectro, nenhuma migração se encaixa totalmente de fato em uma ou em outra. Há dois tipos extremos de migração: totalmente voluntária ou completamente forçada. Entre esses dois extremos há uma série de camadas, narrativas e caminhos que indicam que a abordagem radical desse fenômeno é mais ambivalente do que parece. Sempre há uma escolha, nunca é um ato completamente autônomo nem voluntário (Campos, 2015). Os migrantes forçados ou refugiados possuem o componente involuntário extremamente elevado, a migração ocorre como forma de preservar a vida ou sua integridade física.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2018), o indivíduo que, por temor de ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social específico ou opinião política, encontra-se fora de seu país de nacionalidade, ou apátrida, é tomado como refugiado, porém, um novo conceito vem surgindo, um novo tipo de migração que não se encaixa em refugiado, mas se encaixa em migração forçada, que os países classificam como migrantes econômicos, porém não são migrações espontâneas, são forçadas.

Alexander Betts (2013) classifica-os como migrantes por sobrevivência, que não se enquadram no estatuto do refugiado, porém precisam de proteção internacional, esse tipo de migrante cai num vácuo entre refugiados e migrantes econômicos, sem receberem nenhuma proteção do governo. Parte da população migrante que o Brasil tem recebido nas últimas décadas

vindos da Bolívia, África Subsaariana, Caribe e, mais recentemente, da Venezuela, podem ser enquadrados nesta categoria.

A dificuldade encontrada para obter documentos, pedido de auxílio e refúgio, inserção social e direitos básicos, é igual em todos os países. No Brasil, muitos imigrantes considerados refugiados, na verdade entraram no país com um visto de estrangeiro, não com um pedido de refúgio, pois a dificuldade é tanta que preferem alegar outros motivos de estarem vindo para o país. O que torna mais difícil monitorar e entender quais os motivos que levam para se refugiarem. A documentação é muito importante para que haja a integração do sujeito na comunidade, porém, ela também é vista como uma barreira para os migrantes, pois os coloca como estrangeiros em sentido estrito na sociedade, e os nacionais utilizam disso para produzir sua exclusão.

O conceito de fronteiras também é abordado nos textos (Zuzarte, 2018), especialmente em relação a fronteiras territoriais e simbólicas, como o olhar voltado para a relação entre os nacionais e os imigrantes. A dificuldade de se relacionar com os nacionais, por diversos motivos como a linguagem, a diferença cultural, os estereótipos, o racismo e o xenofobismo, cria essas fronteiras dentro do próprio país, gerando as favelas, a guetização das zonas com moradia mais baratas ou em condições de ocupação irregular. Refugiados e solicitantes são sempre submetidos a uma série de burocracias para comprovar sua condição migratória, em atos cotidianos, como ir à polícia ou receber atendimento médico podem significar uma exposição de sua condição irregular, por isso não são acessados. A limitação no acesso a serviços e espaços das cidades, cria um clima de desconfiança e xenofobismo, além da exclusão que eles sentem por não se poderem exercer a cidadania (Zuzarte, 2018).

Dentro dos termos principais, como migração voluntária ou espontânea, e migração forçada ou compulsória, há variantes específicos, por exemplo os migrantes econômicos e os refugiados ambientais. Migrantes econômicos são os sujeitos que veem na migração uma forma de melhoria da qualidade de vida, seja em busca de melhores condições trabalhistas, melhor educação, sistema de saúde ou segurança. Embora aparentem ser espontâneos e individuais, na verdade, não o são, pois é um fator externo que provoca o desejo de migrar (situação econômica) (Campos, 2015). Os refugiados ambientais são sujeitos que, por motivos ambientais como secas, erosão, desflorestamento, desertificação, migram permanente ou temporariamente de seu país de origem, e sua migração comumente pode ser forçada, mas há casos em que ela pode ser voluntária (Claro, 2017, p. 621).

No campo da educação, o conceito de migração é abordado em análises de situações específicas, como determinadas escolas ou comunidades no Rio de Janeiro (Santos, 2014), e em São Paulo, (Rodrigues, 2014), abordando aspectos da vida social, como a aceitação dos sujeitos migrantes na escola ou na comunidade, a questão da linguagem e dos costumes culturais que são mais marcantes em relação com a cultura brasileira. Na escola, o foco é em crianças e adolescentes, na idade escolar certa, então a abordagem fica referente à aceitação dos migrantes no grupo escolar, com os colegas, a questão do *bullying* e a percepção dos professores para com esses alunos. No texto de Bartlett, Rodrigues e Oliveira (2015), as autoras explicitam casos mais sérios de racismo e xenofobismo, o que mostra a intolerância para com os migrantes. Em relação à comunidade, o foco recai sobre os adultos, sua relação com o trabalho, linguagem, cultura, relações intersociais e questões referentes à xenofobia, intolerância religiosa e racismo.

Referente à Educação de Jovens e Adultos, não foram encontrados documentos ou artigos que mencionem os conceitos de migração dentro da EJA. Foram encontrados artigos com o

conceito de migração rural-urbana, migração interna e intercâmbio em universidades, com o conceito de migrantes, migrantes forçados ou refugiados, dentro da tradição sociológica desse estudo, não. É importante ressaltar que no campo da EJA brasileira o termo migração é utilizado como sinônimo de passagem do sistema educacional dito regular para a modalidade da EJA, ou na tentativa de abordar a juvenilização da modalidade, pouco alinhada com a produção dos estudos sobre Migração e sua circulação internacional, o que evidencia uma falta de cuidado no consumo do conceito, certa flutuação terminológica para usarmos uma expressão gentil.

Considerações finais

O ato de pesquisar é também um exercício de navegar em direção a terras desconhecidas, imaginando encontrar alento tão logo desembarque, mas, por final, acabar num deserto, em condições adversas para as quais só lhe resta diante do árido e quente ambiente empreender junto com outros a invenção do lugar, ou tomar o caminho de volta apagando as pegadas que nos levaram até aquela margem ou rasgar a terra produzindo uma rota de fuga.

Quando iniciamos este estudo acreditávamos que as temáticas da Migração e da Educação ainda não haviam se aproximado, em especial pelas dificuldades de reconhecimento do primeiro fenômeno, como indicado muitas vezes ao longo do texto. Na Educação de Jovens e Adultos, subcampo de interesse da pesquisa educacional com traços bem conservadores no que tange o interesse por novas temáticas, intuíamos que pouco ou nada haveria e que nosso trabalho seria mesmo de fincar estacas, aplainar a terra e dar alguns nomes a coisas que conseguirmos observar de agora em diante.

Todo levantamento serve justamente para isso, para sabermos de onde estamos partindo, em nosso caso, há a responsabilidade de sabermos que estamos no limiar do campo, em terrenos que ele não costuma andar e teremos que ajudar a produzir esse entrelugar que entendemos já existir como fenômeno, que é o da presença do sujeito migrante na EJA.

Referências bibliográficas:

- ACNUR. (2018). *Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo*. Brasília: ACNUR. Disponível em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo_ACNUR-2018.pdf
- Bartlett, L; Rodríguez, D; Oliveira, G. (2015). Migração e educação: Perspectivas socioculturais. *Educação e Pesquisa*, 51, 1155. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-7022015001001153&script=sci_abstract&tlng=pt
- Betts, A. (2013) *Migration: Failed Governance and the Crisis of Displacement*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- Brasil (2017a). *Lei 13.445, de 24 de março de 2017, que intui a Lei de Migração*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm
- Brasil (2017b). Mensagem de Veto nº 163, de 24 de março de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Msg/VEP-163.htm
- Campos, M. B. (2015). Características demográficas e a voluntariedade da migração. *REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, Ano XXIII, 45, 273-290. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852015000200273

- Catani, A.M.; Catani, D.B.; Pereira, G.R.M. (2001). As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área. *Revista Brasileira de Educação*, 17, 63-85. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n17/n17a05.pdf>
- Chartier, Roger. (1990). *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Chartier, R. (2003). *Formas e sentidos. Cultura Escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Claro, C.A.B. (2017). Refugiado ambiental. In Cavalcanti, L, Botega, T., Tonhati, T & Araújo, D. *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: Editora da UnB, p. 621-625.
- Corrêa, M. A. S. et al. (2015). Migração por sobrevivência: soluções brasileiras. *REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, Ano XXIII, 44, 221-236.
- Ferreira, N.S.A. (2002). As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *Educação e Sociedade*, 79, 257-272. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>
- Finger, M & Asún, J. M (2003). *A educação de adultos numa encruzilhada: Aprender a nossa saída*. Porto: Porto Editora.
- Matos-de-Souza, R. (2014) Como Um Escritor É Lido? Sobre a Apropriação de Elias Canetti pelas universidades brasileiras. *Revista Plumilla Educativa*, 2, 225-238. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/319613574_Como_Um_Escritor_E_Lido_Sobre_a_Apropriacao_de_Elias_Canetti_pelas_universidades_brasileiras
- Matos-de-Souza, R. (2011). A Inscrição no Mundo: apontamentos sobre história da leitura, hermenêutica e estética da recepção. *Práxis: revista eletrônica de história e cultura*, 5, 16-27. Disponível em http://revistas.unijorge.edu.br/praxis/2011/pdf/16_aInscricaoNoMundo.pdf
- Miampika, L.W & Vinuesa, M. G (2009). Migration, Racism and Postcolonial Studies. In Huggan, G & Law, I. *Racism Postcolonialism Europe*. Liverpool: Liverpool University Press.
- Morley, L; Nafsika, A; Garaz, S; González-Monteagudo, J; Taba, M. (2018). Internationalisation and migrant academics: the hidden narratives of mobility. *Higher Education*, 1-18. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s10734-017-0224-z>
- Mosselson, J. (2006). Roots & Routes: A re-imagining of refugee identity constructions and the implications for schooling. *Current Issues in Comparative Education*, 9(1).
- Nascimento, L. S. A (2014). *Cidadania dos Refugiados no Brasil*. São Paulo: Verbatim.
- Ricoeur, P. (2011). *Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70.
- Rodrigues, L. M. O. et al. (2014). Migração contemporânea e educação. *Cadernos Ceru*, série 2, 25(1), 225-240.
- Santos, M.O. (2014). Migração e educação: analisando o cotidiano escolar na região metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista PerCursos*, 15(28), 95-119.

Ventura, D. (2017). Lei de Migração. In Cavalcanti, L, Botega, T., Tonhati, T & Araújo, D. *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: Editora da UnB, p. 429-434.

Zuzarte, A.; Moulin, C. (2018) Refugiados urbanos: política, polícia e resistência nas fronteiras da cidade. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 26(53), 219-234.